



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7239 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos

PANORAMA DAS MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPO INTEGRAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (2007-2017)

Vania Carvalho de Araújo - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

Rennati Taquini - ESCOLA MUNICIPAL, ESTADUAL E PARTICULAR

Franceila Auer - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

PANORAMA DAS MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPO INTEGRAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (2007-2017)

Nas últimas três décadas, as políticas educacionais têm afirmado um compromisso com a educação infantil, em torno do seu reconhecimento como primeira etapa da educação básica e a ampliação da oferta obrigatória pelo Estado (BRASIL, 2014; 1996; 1988). Estas constituem avanços importantes para o campo da primeira infância, mas suscitam uma complexa dinâmica entre a universalização da educação infantil e a expansão do seu atendimento em tempo integral.

As políticas educacionais atuais, a exemplo de outros momentos da história, têm sido compreendidas como uma forma de apaziguar as desigualdades sociais, em detrimento da ampliação e universalização do direito à educação integral de qualidade a todas as crianças, sobretudo se considerarmos o seu atendimento na educação infantil em tempo integral. Em que se pese a necessária atuação do Estado na garantia dos mínimos sociais, em um contexto de precarização de vagas, o acesso ao direito se dá “[...] não por sua condição de cidadania, mas [especialmente] pela prova de que dela está sendo excluído” (TELLES, 1999, p. 95), atrelando o reconhecimento do direito à matrícula na instituição mediante comprovação de vulnerabilidade e risco social, não necessariamente articulando-o às especificidades em torno da experiência do tempo integral, no que diz respeito à formação dos professores, financiamento e práticas pedagógicas.

Pesquisa sobre a evolução das matrículas na educação infantil em tempo integral em âmbito nacional aponta que há no Brasil uma tendência de crescimento das matrículas na educação infantil em tempo integral entre os anos de 2007 a 2017, exibindo, no período analisado, ampliação em 8.5 pontos percentuais (p.p.) e evolução total de 82,4%, correspondente a 1.154.348 matrículas a mais no tempo integral. Ao passo que esses indicadores emergem de um contexto mais amplo de pesquisa, sendo o Brasil um país de dimensões continentais, se fazem necessários estudos acerca da oferta do tempo integral que levem em conta a diversidade de experiências apresentadas pelos estados e municípios, considerando as suas especificidades.

Isto posto, este estudo em andamento, de natureza descritiva e explicativa, tem como referência parte dos resultados da pesquisa de âmbito nacional citada anteriormente e objetiva

traçar um panorama das matrículas na Educação Infantil em Tempo Integral no estado do Espírito Santo, na série histórica compreendida entre 2007 e 2017. O recorte temporal justifica-se pela divulgação das informações estatísticas sobre o tempo integral ocorrer apenas a partir de 2007. Utilizamos as bases de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP) vinculado ao Ministério da Educação (MEC) para levantamento dos resultados do Censo Escolar; e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), para consulta de referências socioeconômicas e demográficas da população de zero a cinco anos.

Pretende-se apresentar os dados sobre a educação infantil no estado do Espírito Santo com foco no atendimento em tempo integral, considerando as matrículas em creche e pré-escola e a população correspondente a essa faixa etária, quais sejam, zero a três anos para a creche e quatro e cinco anos para a pré-escola. As variáveis utilizadas são as matrículas desagregadas por tipo de atendimento (parcial e integral); tipo de estabelecimento (creches e pré-escolas); dependência administrativa (federal, municipal e estadual); tipo de sistema de ensino (pública e privada); localização (rural e urbano) e as características de raça/cor e gênero das crianças matriculadas.

Os resultados parciais revelam que o estado do Espírito Santo, paradoxalmente à tendência nacional, exhibe involução de -2,73% do número de matrículas na educação infantil em tempo integral no período analisado. Esse percentual representa em 2017 cerca de 653 matrículas a menos em relação ao ano de 2007, no entanto, se desagregadas por tipo de estabelecimento, vislumbramos uma diminuição de 1.172 matrículas na pré-escola em tempo integral (destas, 1.015 apenas na rede pública), contrabalançada por uma ampliação de 519 vagas na creche em tempo integral (434 somente na rede municipal).

Sobre a dependência administrativa, é responsabilidade exclusiva dos municípios a oferta de vagas nessa modalidade, distribuídas majoritariamente em creches públicas de tempo integral. Em 2007, as matrículas na rede privada representam cerca de 11% do total de matrículas no tempo integral, percentual de participação que se mantém em 2017, contudo, observamos sensível queda de -3%, em média 70 matrículas a menos em instituições privadas no período analisado. Considerando valores absolutos, a localização urbana concentra as matrículas no tempo integral, mas a discriminação por tipo de estabelecimento confere percentual de evolução superior nas creches de contextos rurais, com crescimento de 25% no decênio, em oposição ao decréscimo de -44% no número de matrículas nas pré-escolas rurais.

A distribuição conforme o sexo das crianças indica que meninos (52%) e meninas (48%) frequentam o tempo integral de forma semelhante, com prevalência sutil do sexo masculino. De maneira geral, os percentuais de participação de crianças pretas e pardas em relação ao total de matrículas da educação infantil em tempo integral capixaba, quando somados, se sobressaem às demais etnias. No entanto, a taxa elevada de raça/cor não declaradas em decorrência dessa opção estar disponível no formulário de preenchimento do Educacenso pode omitir informações relevantes ao diagnóstico educacional.

Embora o Plano Nacional de Educação (2014-2024) destaque a ampliação da educação infantil em tempo integral em duas de suas 20 metas, os dados indicam certa prioridade das matrículas no atendimento em tempo parcial. A creche apresenta maior percentual de crescimento, tanto no tempo parcial quanto no tempo integral, correspondendo à uma demanda histórica das famílias pelo direito à educação das crianças pequenas (CAMPOS; ROSEMBERG; FERREIRA, 1995) em virtude da garantia de proteção e aprendizado das crianças, mas, sobretudo, da liberação das mães para o trabalho.

Conclui-se que, em um contexto de não-universalização da educação infantil, há um paradoxo entre as prerrogativas da legislação educacional, mobilizadas sobretudo no

cumprimento da obrigatoriedade do atendimento na pré-escola e ampliação da oferta de vagas na creche em tempo parcial em detrimento da ampliação da oferta de vagas na modalidade de tempo integral nas instituições capixabas. A análise inicial dos dados revela para o Estado do Espírito Santo uma realidade díspar da nacional, questão que demanda maior aprofundamento em relação à interseccionalidade nas políticas voltadas à educação infantil em tempo integral e às estratégias adotadas pelos gestores das secretarias de educação municipais, na dinâmica existente entre o financiamento e as matrículas.

Palavras-chave: Educação infantil. Tempo integral. Matrículas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília, 1996.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, 2014.

CAMPOS, Maria Malta.; ROSEMBERG, Fúlvia; FERREIRA, Isabel Mendes. *Creches e pré-escolas no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1995.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Sinopses Estatísticas da Educação Básica 2007-2017*. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 5 Jun. 2020.

TELLES, Vera da Silva. *Direitos sociais: afinal do que se trata?* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.